

## TRT6 transforma Armazém 13 em laboratório de conservação e recuperação de processos

O Armazém 13, no Porto do Recife, abrigará, provisoriamente, o acervo documental da Vara do Trabalho do município de Palmares comprometido pelas enchentes que castigaram a Zona da Mata do estado. Os processos que não tiverem condições técnicas de recuperação no local serão trazidos para o galpão, cedido pelo governo de Pernambuco, para serem submetidos à intervenção de uma equipe técnica chefiada pelo coordenador do Laborarte (Fundaj), Antônio Montenegro, e o professor Eutrópio Bezerra, do Departamento de Ciência da Informação (Lacre), da



Stela Maris

UFPE. O Armazém 13 funcionará como um grande laboratório de conservação e recuperação de processos da Justiça do Trabalho, uma vez que também acolherá os

acervos da Vara de Ipojuca e do Arquivo Geral do TRT6, que passarão por reformas em suas estruturas físicas.

Página 3

### Tribunal racionaliza processos internos

A partir de setembro, serão promovidos encontros com os diretores das VTs da 6ª Região visando à execução do Projeto 5 do Planejamento Estratégico do Tribunal, que trata da racionalização dos processos internos. Prática que vai impactar diretamente nas rotinas de trabalho, processos judiciais e

processos administrativos, e que se coaduna com a Meta 5 do CNJ. A Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) do TRT6 está à frente da implantação do projeto, que deve resultar em uma mudança de cultura nos procedimentos administrativos e judiciais da Justiça do Trabalho.

(Páginas 4 e 5)

### Autorizado projeto do novo Fórum Trabalhista de Paulista

Página 2

### Pioneirismo marca concurso de juiz

Página 6

# Comitê gestor de planejamento orçamentário do TRT6 autoriza projeto das VTs de Paulista

Stela Maris

A desembargadora Eneida Melo reuniu-se com o Comitê Gestor de Planejamento Orçamentário do TRT6, no dia 11 de junho, para discutir a execução orçamentária do Tribunal e a elaboração da proposta de orçamento do Regional para o próximo ano. “Nosso planejamento é feito com base em situações ideais, mas nossa realidade exige uma adequação”, afirmou o diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) e integrante do Comitê, Flávio Romero de Oliveira, ressaltando que é preciso “garantir que não falem a nenhuma área do Tribunal os recursos necessários ao seu bom funcionamento”.

A presidente do TRT6, ao lado do vice-presidente, desembargador André Genn, do diretor-geral, Wladimir Rolim, do secretário-geral, Alberto Viana, e ainda do desembargador Pedro Paulo Pereira Nóbrega, aproveitou o encontro para convocar a equipe do SEPLAN, coordenada por Tânia Valois, a apresentar o projeto de construção das Varas de Paulista, para aprovação e implementação dos ajustes orçamentários pertinentes. “Temos urgência de aparelhar as nossas Varas. O projeto de Paulista é importante e necessário. Trata-se de uma obra que vem sendo discutida com magistrados, servidores e a comunidade local. Agora, por conta dos prazos, precisamos definir a



Equipe do SEPLAN apresentou projeto de construção das Varas

ordem de prioridades das construções”, afirmou Eneida Melo.

O projeto original prevê a construção, a longo prazo, de quatro Varas do Trabalho no terreno próximo à PE-15, cedido pela prefeitura de

**“Temos urgência de aparelhar as nossas Varas. O projeto de Paulista é importante e necessário.” Eneida Melo**

Paulista, sendo um módulo central (dois prédios de dois pavimentos, onde funcionarão duas Varas em cada bloco) e um anexo, que abrigará distribuição, protocolo, copa, bancos etc. “Trata-se de uma obra para o futuro”, afirmou Eneida Melo, considerando que, nessa primeira fase, serão construídas duas Varas. “Em função dos custos, temos que decidir por onde começar, como fracionar a obra”, explicou Vera França Cruz, do SEPLAN. O projeto será encaminhado à Secretaria Administrativa para licitação.

## Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife  
50.030-902 Recife PE  
Imprensa: 81-2129.2020 imprensa@trt6.gov.br

### PRESIDENTE

Eneida Melo Correia de Araújo

### VICE-PRESIDENTE

André Genn de Assunção Barros

### CORREGEDOR

Ivanildo da Cunha Andrade

### DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Gilvan Caldas de Sá Barreto  
Nelson Soares Júnior  
Josélia Moraes da Costa  
Eneida Melo Correia de Araújo  
Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel  
André Genn de Assunção Barros  
Ivanildo da Cunha Andrade  
Gisane Barbosa de Araújo  
Pedro Paulo Pereira Nóbrega  
Virgínia Malta Canavaro  
Valéria Gondim Sampaio  
Ivan de Souza Valença Alves  
Valdir José Silva de Carvalho  
Acácio Júlio Kezen Caldeira  
Dione Nunes Furtado da Silva  
Dinah Figueiredo Bernardo  
Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino  
Nise Pedroso Lins de Sousa

### SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

José Alberto Alves Viana

### DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

### SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyédja Menezes Soares de Azevedo

### JORNALISTA RESPONSÁVEL

Lydia Barros

### REDATORES

Lydia Barros / Maria Alice Amorim  
Caroline Jordão Barreto / Eugenio Pacelli

### REVISÃO

Eugenio Pacelli / Caroline Jordão Barreto

### FOTOGRAFIA

Stela Maris / Eugenio Pacelli  
Maria Alice Amorim / Sidharta Campos

### PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

### DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire / Sidharta Campos

### IMPRESSÃO

F & A Gráfica  
(Tiragem: 1.500 exemplares)

# Armazém 13 abrigará processos da VT de Palmares danificados pelas enchentes

Fotos: Stela Maris



Danificados pelas enchentes que castigaram os municípios de Palmares e Barreiros, na Mata Sul de Pernambuco, os processos em tramitação nas VTs desses municípios sem condições técnicas de recuperação nas Varas serão trazidos para um galpão (armazém 13) cedido pelo Porto do Recife, em parceria com o Governo do Estado. No local, os documentos serão submetidos à intervenção de uma equipe técnica comandada pelo coordenador do Laborarte (Fundaj), Antônio Montenegro, e o professor Eutrópio Bezerra, do Departamento de Ciência da Informação (Lacre), da UFPE. Os especialistas, que visitaram as unidades judiciais da 6ª Região nessas cidades, acompanhados pela

coordenadora da Gestão de Memória do TRT6, Marcília Gama, afirmaram que a ação de resgate dos acervos precisa ser rápida em função dos danos causados pela catástrofe. Os processos da VT de Catende, também inundada pela cheia, não sofreram maiores danos.

Além do acervo da VT de Palmares, o armazém 13, que funcionará como um grande laboratório de conservação e recuperação, abrigará os processos da Vara de Ipojuca, que passará por intervenções em sua estrutura física, e do arquivo-geral do TRT6, que reúne cerca de 800 mil processos. “O governo cedeu ao nosso apelo e disponibilizou o local; o TRT cuidará das adaptações no galpão (estamos concluindo o processo de licitação) e também já entramos em contato com a empresa que cuidará da refrigeração do ambiente. Certamente será uma iniciativa de ponta”, declara Marcília Gama. O transporte dos processos para a capital será feito pelo Exército e, segundo a

coordenadora de Memória do Tribunal, deverá ser iniciado o mais rapidamente possível.

Bastante impressionado com a situação dos documentos, Antônio Montenegro orientou os servidores para que o socorro aos documentos fosse iniciado imediatamente, mesmo naqueles que serão removidos para o Recife. Em Palmares, por exemplo, os processos foram retirados do chão e colocados em estantes abertas, mesas e bases de madeira, em salas devidamente limpas e ventiladas (foi recomendado o uso de ventiladores e desumificadores). Os especialistas também orientaram que os documentos fossem colocados em sacos plásticos, antes mesmo de limpos, e congelados em freezers verticais.

“É preciso eleger prioridades, serão necessários muitos freezers”, afirma Montenegro. Já em Barreiros, a recomendação foi dar continuidade ao que havia sido iniciado com o trabalho de limpeza da VT, ou seja, a abertura dos processos para secagem em varais.



Município foi destruído pela cheia, mobiliário da VT (no alto, à esquerda) ficou inutilizado.

# Primeira instância executa projeto de

A Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) do TRT6 vem trabalhando contra o relógio para iniciar, em setembro, a execução do Projeto 5 do Planejamento Estratégico deste Tribunal, que trata da racionalização dos processos internos (rotinas de trabalho, processos judiciais e processos administrativos) e que se coaduna com a Meta 5 do CNJ, que prevê a implantação de um método de gerenciamento de rotinas em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau. Assim como a implantação da Gestão Estratégica deste Tribunal, que também integra o Planejamento Estratégico da 6ª Região (Projeto 17), a efetiva racionalização dos processos vai



Lydia Barros

Gestores do Tribunal seguem modelo de administração voltado à estratégia e ao planejamento

resultar em uma mudança de cultura nos procedimentos administrativos e judiciais adotados pelo TRT6. “Inicialmente, planejamos introduzir o Projeto 5 em 5% das unidades administrativas e 5% das judiciárias, mas a meta 5 do CNJ alterou e

acelerou nosso cronograma”, explica a assessora de gestão estratégica, Andréa Coutinho.

A partir de setembro serão promovidos encontros com os juízes e diretores das Varas do Trabalho da 6ª Região a fim de que seja traçado

## Projetos estratégicos do TRT estão em fase de

A elaboração do Planejamento Estratégico do TRT6 vem sendo lapidada desde 2006, quando o Tribunal concebeu um plano de ação que sistematizava suas práticas internas de gestão. A partir de 2008, com a Resolução de nº 49 do CNJ, que recomendava a criação de núcleos de gestão estratégica e estatística nos regionais do país, o Tribunal do Trabalho pernambucano instituiu o seu próprio núcleo, vinculado à Diretoria-Geral. Em 2009, o CNJ introduziu nacionalmente, com a Resolução nº 70, um modelo de gestão voltado

à estratégia e ao planejamento. Interrompendo, assim, a lógica de descontinuidade administrativa do Judiciário brasileiro. O TRT6, então, começou a preparar o seu plano de gestão estratégica para os anos de 2009-2015.

“Na época, a desembargadora Eneida Melo teve conhecimento do Plano do TRT8 (PA) e participou do II Encontro do Judiciário, em Belo Horizonte, saindo de lá impressionada com as propostas de vanguarda de gestão estratégica”, recorda a assessora Andréa Coutinho. De volta a Pernambuco, a presidente

do TRT6 iniciou a construção do Planejamento Estratégico do Tribunal com base na “pesquisa de clima” elaborada a partir das sugestões colhidas junto aos representantes da OAB/PE, do SINTRAJUF, da AMATRA, da administração do Fórum da SUDENE e do Ministério Público do Trabalho, além da equipe de líderes do Regional pernambucano. “Eles avaliaram o Tribunal, as oportunidades, os riscos, o papel da Justiça do Trabalho na sociedade”, explica Andréa Coutinho. “Depois, o TRT6 realizou um fórum onde foram

# racionalização de processos internos

o “desenho” do processo de conhecimento, da execução trabalhista, a partir do qual ficarão evidenciados os procedimentos cotidianos atualmente colocados em prática na 1ª instância. “A ideia é entendermos como as atividades estão sendo desempenhadas; por exemplo, como se marca uma audiência? como se organiza a pauta? quem faz o quê?”, esclarece Andréa Coutinho. É com base nesse mapa, onde serão apontados os gargalos de procedimentos e os caminhos para se otimizar os processos de trabalho, que será executado o redesenho dos processos internos, com a validação efetiva dos juízes.

Com o resultado das oficinas, será elaborado um manual de

gerenciamento de rotinas, que deverá ser implantado pela Corregedoria. “Ao realizarmos este trabalho já estaremos instalando uma nova cultura no TRT6”, afirma a assessora Verônica Tavares, ressaltando que “quando o processo eletrônico for efetivado no Tribunal, o trabalho a ser feito será apenas de ajuste ao sistema de informática”. Segundo Verônica Tavares, um dos objetivos da gestão de processos é evitar o “retrabalho”, que atualmente caracteriza os procedimentos operacionais do Tribunal, o que será corrigido com a racionalização dos processos internos.

## execução

cruzadas as informações e traçado o mapa estratégico deste Tribunal, alinhado às metas do CNJ”.

Andréa Coutinho lembra que, na época, foram sugeridos 48 projetos estratégicos visando ao alcance das metas, 20 dos quais definidos como prioritários. “Alguns desses já foram concluídos, a exemplo da ampliação do quadro de pessoal do Tribunal” (o anteprojeto de lei já foi aprovado pelo CNJ e pelo TST, e encontra-se na pauta do Congresso Nacional). Além disso, explica a assessora, muitas ações foram criadas sob a rubrica de

“projetos” quando, na verdade, se tratava de processos de gestão, práticas a serem assimiladas no cotidiano do Regional. Todos os demais projetos já se encontram em fase de execução – os projetos estratégicos são desenvolvidos em cinco momentos, sendo iniciação, planejamento, execução, monitoramento e encerramento. “Mudar toda uma cultura de gerenciamento não é fácil, mas é um desafio a que não podemos nos furtar”, afirma Andréa Coutinho.

### PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

Processo trabalhista eletrônico

*Ampliação do quadro de pessoal do TRT6*

Processo administrativo eletrônico

*Implantação do Programa de Capacitação Continuada para os servidores*

Programa de Racionalização dos Processos Internos

*Implantação do Programa de Desenvolvimento de Competências*

Implantar os sistemas nacionais em consonância com a Comissão Especial de Informática do TRT6

*Promover ações de melhoria e adequações na infraestrutura física das Varas do Trabalho do interior do Estado*

Promover ações de melhoria e adequações na infraestrutura física do edifício-sede e seus anexos

*Programa de saúde mental*

Modernização do parque de informática

*Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO)*

SIAF gerencial

*Transparência na gestão orçamentária*

Projeto de implantação de vigilância armada por 12 horas nas Varas do Trabalho do interior

*Desenvolver parcerias com organizações da sociedade civil e outras instituições públicas para o desenvolvimento de ações que promovam a cidadania e a responsabilidade socioambiental*

Implantar a gestão estratégica no Tribunal

*Promover o processamento técnico e acondicionamento do acervo documental do TRT6, compreendido nas seguintes ações: higienização, catalogação e acondicionamento*

Implantar o sistema de armazenamento do tipo: porta-pallets-corredor elevado, para acondicionar o acervo documental no Arquivo-Geral

*Aperfeiçoar a metodologia usada para alocação do orçamento anual*

# Pioneirismo marca XVIII Concurso para Juízes do Trabalho da Sexta Região

Stela Maris

O TRT6 está realizando o XVIII Concurso para Juiz do Trabalho Substituto sob a égide da novidade, uma vez que foi regido, pioneiramente, pela Resolução nº 75 do CNJ, que passou a regular os concursos da magistratura nacional, alterando as regras antes estabelecidas pelo TST, que definia normas específicas para a magistratura trabalhista. Quando as inscrições foram abertas, em janeiro, o concurso do TRT da 2ª Região (São Paulo), primeiro elaborado sob o manto da nova resolução, ainda estava em andamento, razão pela qual a equipe envolvida na preparação do certame na 6ª Região precisou encarar “o novo” com dedicação e criatividade.

“Tivemos que tirar muitas dúvidas com a secretaria do concurso anterior e também com a comissão do TRT de São Paulo, mas para eles tudo também era novo”, recorda Flávia Mendonça, primeira secretária da Comissão de Concurso do Regional, comandada pela desembargadora presidente, Eneida Melo, e coordenada, ainda, pelo desembargador Ivan Valença e o representante da OAB/PE Henrique Buriel Weber. A comissão procurou observar estritamente o que dizia o CNJ, mas, em alguns momentos, foi preciso confrontar a metodologia proposta na Resolução 75 com a legislação específica de algumas matérias. “Como a resolução é muito nova, tivemos que encontrar soluções que terminaram servindo de subsídio para o próprio CNJ, que



Sofia Veloso, Flávia Mendonça, Napoleão Fonseca, Adriana Schuler e Maria Luíza Duarte integram a Comissão de Concurso

alterou a redação do texto, por exemplo, em relação aos candidatos com deficiência”, comenta Flávia.

Nesse tocante, a resolução dizia que a avaliação desses candidatos, realizada por uma comissão multiprofissional, que atesta a existência da deficiência e se esta é compatível com o exercício da magistratura, deveria ser feita antes das provas. No entanto, a legislação específica que trata das deficiências diz que a compatibilidade com o exercício da função deve ser feita durante o estágio probatório. “Nossa decisão contemplou tanto a Resolução 75 quanto a legislação, uma vez que a comissão multifuncional pode atestar que, à primeira vista, existia a deficiência, e que, também à primeira vista, ela se afigurava compatível com a função. O que não impede que, no período de aquisição, a compatibilidade seja (re)avaliada”, explica a primeira secretária.

O trabalho da Comissão de Concurso do TRT6 vem arrancando elogios públicos, como o feito pelo desembargador Marcelo Navarro

Ribeiro Dantas, vice-presidente do TRF5, durante sessão de julgamento dos recursos à primeira etapa do certame. O desembargador, que compôs, ao lado do juiz do Trabalho André Luiz Machado e do representante da OAB/PE Hebrón Costa Cruz de Oliveira, a Comissão Examinadora dessa etapa do concurso, ressaltou a seriedade e dedicação dos servidores Flávia Mendonça, Maria Luíza Duarte, Adriana Schuler, Napoleão Fonseca e Sofia Veloso, que integram a Comissão de Concurso. “É um trabalho árduo porque precisamos prever os desdobramentos do que estamos fazendo agora. Nós lidamos com atos formais e qualquer vírgula colocada equivocadamente pode comprometer nosso trabalho”, declara Flávia Mendonça.

As duas primeiras etapas foram realizadas em junho e julho. As próximas três etapas serão constituídas, respectivamente, de avaliação física e mental e investigação da vida pregressa, prova oral e avaliação de títulos. O resultado final será publicado em dezembro.

# Escola Judicial realiza semana de aperfeiçoamento de magistrados

A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região (EJ-TRT6) realizou, no período de 7 a 11 de junho, no auditório da Sudene, o III Módulo Concentrado de Aperfeiçoamento de Magistrados. O evento contou com a presença de mais de 80 juízes, além de servidores do Regional. Na ocasião, foram debatidos temas do interesse da magistratura, tais como ações trabalhistas envolvendo acidentes de trabalho, questões de direito agrário e imobiliário na Justiça do Trabalho, requisitos da petição inicial e autonomia negocial coletiva das entidades sindicais.

Questões de ordem prática não foram esquecidas da programação, como foi o caso do Jus-Redator - inovador programa desenvolvido pelo TRT de Brasília, que proporciona aos magistrados trabalhistas mais agilidade na redação de suas sentenças, sempre respeitando o raciocínio lógico e mantendo os textos próprios de cada usuário. Nesta mesma linha, os participantes também debateram temas relacionados ao seguro-desemprego, imposto de renda e contribuições sociais com ênfase na arrecadação previdenciária.

A juíza titular da 11ª Vara do Recife e presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Sexta Região (Amatra 6), Virgínia Lúcia de Sá Bahia,



Juízes elogiaram as palestras realizadas no auditório da Sudene

**“Gostei do nível das palestras, principalmente porque também foram debatidos temas práticos”. Virgínia Bahia - Amatra**

participou do módulo e fez uma avaliação positiva. “Gostei do nível das palestras, principalmente porque também foram debatidos temas práticos”, afirmou. “Como os juízes foram avisados com antecedência pela Escola e liberados pela Corregedoria, foi possível, durante os dias do encontro, deixar as pautas das Varas livres de audiências”, destacou. A dirigente sugere que o Tribunal repita a experiência, destinando em cada semestre, no calendário oficial da instituição, uma semana voltada ao aperfeiçoamento dos magistrados.

No encerramento, o coordenador-geral da escola, juiz Agenor Martins Pereira, agradeceu

aos colegas pelo êxito do encontro, lembrando que o curso foi uma importante conquista para a categoria. Salientou o empenho da Presidência e Corregedoria do Regional, bem como do diretor da EJ-TRT6, desembargador Pedro Paulo Nóbrega, que pela primeira vez possibilitaram aos magistrados a oportunidade de serem liberados de audiências durante a semana de aperfeiçoamento.

O III Módulo Concentrado de Aperfeiçoamento de Magistrados teve carga horária de 35 horas, e contou com o apoio da Caixa Econômica Federal, da Superintendência da Sudene, da Administração do Fórum Advogado José Barbosa de Araújo (Sudene), da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Sexta Região (Amatra 6) e da Escola Superior da Magistratura Trabalhista da Sexta Região (Esmatra 6).

Stela Maris

# Vara itinerante vai a Fernando de Noronha e usa benefícios da cooperação entre Tribunais

Arquivo TJPE

Uma equipe da 23ª Vara do Trabalho do Recife deslocou-se à ilha de Fernando de Noronha, onde permaneceu de 7 a 11 de junho, atendendo a reclamações trabalhistas da população local e dando andamento a processos anteriores.

A Vara Itinerante foi composta pela juíza substituta Patrícia Souto Maior, o diretor, José Paulo da Silva, o oficial de justiça Marcelo Gusmão, e as servidoras Patriline Hermenegildo e Márcia Castro, que receberam 20 novas reclamações trabalhistas e providenciaram o cumprimento de dez mandados.

Pela primeira vez, a Justiça do Trabalho, que não possui fórum na ilha, usou as instalações do prédio



Vara do Trabalho utiliza as instalações do Tribunal de Justiça de Pernambuco

do Tribunal de Justiça de Pernambuco, podendo contar com uma infraestrutura adequada, o que foi possível graças ao protocolo de cooperação assinado entre os tribunais.

No período de 30 de agosto a 03 de setembro deste ano, a unidade se descola de novo para Noronha, sob a coordenação da juíza titular da 23ª VT, Daisy Anderson Tenório.

## Revista do TRT pernambucano recebe trabalhos

A Revista do TRT da Sexta Região continua recebendo artigos que poderão ser selecionados para integrar a sua 37ª edição. O período de coleta encerra-se no dia 20 de agosto, quando o Conselho Editorial da revista iniciará a apreciação do material. Neste ano, a publicação continua sendo editada pela Escola Judicial (EJ-TRT6).

As reformulações implementadas pela escola no ano passado foram preservadas. Exemplo disso é a manutenção do espaço destinado a trabalhos do meio científico – seção onde magistrados e servidores poderão expor, de forma resumida,

os artigos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) concluídos recentemente.

Também fica mantido o Conselho Editorial do periódico. Formado por magistrados, procuradores e professores com doutorado na área jurídica, este conselho também foi ampliado em 2009, passando a contar, inclusive, com a participação de juristas estrangeiros vinculados a renomadas instituições acadêmicas da Europa.

Os interessados em publicar artigos na Revista do TRT da Sexta Região deverão enviá-los, preferencialmente, para o e-mail:

[revista@trt6.jus.br](mailto:revista@trt6.jus.br), até o dia 20 de agosto. O edital, com as normas completas para publicação no periódico, pode ser acessado em <http://www.trt6.jus.br/emat6/>.



Artigos devem ser enviados até o dia 20/08